

Seminário Brasil-Holanda apresenta novas ideias para a remediação do solo e gestão de águas subterrâneas

A abertura do evento contou com a participação do diretor de Meio Ambiente da Fiesp e do Ciesp, Eduardo San Martín; do diretor titular do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp, Nelson Pereira dos Reis, e da ministra de Meio Ambiente do Reino dos Países Baixos, Wilma Mansveld

Com o objetivo de promover o intercâmbio entre Brasil e Holanda na área ambiental, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) realizou, no dia 2 de abril, seminário de cooperação entre os dois países que teve como tema central a remediação do solo e diretrizes para a gestão de águas subterrâneas. O seminário contou com a presença da ministra de Meio Ambiente do Reino dos Países Baixos, Wilma Mansveld, acompanhada por outros integrantes do Ministério, de diretores do Instituto para Saúde Pública e Meio Ambiente da Holanda, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb). A abertura do seminário foi feita pelo diretor de Meio Ambiente da Fiesp e do Ciesp, Eduardo San Martín.

“Firmamos essa parceria com o governo da Holanda, que tem nos trazido informações fundamentais, em especial com relação à política nacional de resíduos sólidos. A partir do dia 2 de agosto começam a ser aplicadas as multas para os que não cumprirem o que diz a nova legislação. A indústria está fazendo a sua parte e quer continuar fazendo”, destacou San Martín. O diretor de Meio Ambiente da Fiesp e do Ciesp agradeceu a presença dos especialistas holandeses e reforçou o interesse em manter a



Na abertura do seminário, Eduardo San Martín ressaltou a importância da parceria com o governo da Holanda.

Foto: Everton Amaro/Fiesp

cooperação entre os países. “O consulado da Holanda em São Paulo e o ministério do Meio Ambiente do Reino dos Países Baixos têm feito de tudo para nos ajudar a encarar o grande desafio que o Brasil e, principalmente, o Estado de São Paulo têm para reciclar resíduos. Temos projetos em andamento que precisarão continuar contando com a boa vontade desses parceiros”, ressaltou.

Ariett Gouveia, Agência Indusnet Fiesp

A situação de escassez no Sistema Cantareira e seus impactos no abastecimento

O assunto foi apresentado por Eduardo San Martín, Diretor de Meio Ambiente do Ciesp e da Fiesp, em reunião realizada pelo Ciesp. Leia a íntegra do comunicado enviado às diretorias regionais e aos sindicatos afiliados.

Página 3

Ambev quer reduzir em 10% consumo de água e de energia

Leandro Serra, gerente de Meio Ambiente da unidade de Jaguariúna da Ambev, detalha as metas ambientais da empresa para 2017. A unidade, menção honrosa do Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água, reduziu o consumo de água em 2013 para 2,75 litros por litro de bebida produzida.

Página 5

Cetesb adia prazo para o envio dos inventários de gases de efeito estufa

A Cetesb adiou para o período de 15 de julho a 31 de agosto de 2014 o envio dos inventários de gases de efeito estufa referentes ao ano de 2013. Os dados devem ser informados por meio do preenchimento de formulário eletrônico, disponível no site da Cetesb.

Página 6

Holanda quer ser líder internacional de reciclagem

De acordo com Wilma Mansveld, ministra do Meio Ambiente dos Países Baixos, Brasil e Holanda podem enfrentar juntos os desafios que têm na área ambiental

Uma sociedade que destrói o solo, destrói a si mesmo. O alerta foi dado pela ministra do Meio Ambiente dos Países Baixos, Wilma Mansveld, na abertura do seminário de cooperação Brasil-Holanda.

“A nossa existência depende do solo e a pergunta é: como proteger o solo? Uma das respostas é fazer de forma correta a gestão de resíduos. E isso não é apenas questão de tecnologia, mas de organização e planejamento”, destacou Wilma.

Segundo a ministra, a Holanda busca ser líder internacional de reciclagem e ter a colocação mais baixa no ranking do desperdício. Para isso, desenvolve uma política ambiental moderna, que inclui todos os envolvidos na produção. “Tenho a certeza de que o Brasil também reconhece a necessidade de melhorar sua política, aumentar a responsabilidade dos produtores e promover acordos entre indústrias e governos para implementar os sistemas de reciclagem.”

Com relação às políticas públicas, Wilma destacou o planejamento urbano. “Cresce cada vez mais o número de pessoas vivendo nos grandes centros e o desafio para manter uma cidade saudável nessas condições é imenso. Ao mesmo tempo, temos que conviver com as mudanças climáticas que provocam fenômenos como seca e inundações”, observou. De acordo com a ministra, o planejamento urbano precisa incluir espaços, parques e tetos verdes.

“Também é importante trabalhar para que o solo faça a drenagem da água, evitando as enchentes”, ressaltou a ministra, que mencionou a gestão eficiente das águas subterrâneas como outra forma de uso

criativo do solo. “Colaborando um com o outro, Brasil e Holanda podem enfrentar os desafios que têm na área ambiental”, afirmou Wilma.

Ariett Gouveia, Agência Indusnet Fiesp



Foto: Everton Amaral/Fiesp

Para Wilma Mansveld, organização e planejamento são essenciais para uma eficiente gestão de resíduos.

Debate sobre poluição do solo deve ganhar mais espaço na agenda das nações, defende instituto da Holanda

Frank Swartjes, diretor do Instituto para Saúde Pública e Meio Ambiente da Holanda, afirma que a maioria dos estados membros da União Europeia convivem com problemas relacionados ao solo e distribuição de água



Foto: Everton Amaral/Fiesp

Frank Swartjes, diretor do Instituto para Saúde Pública e Meio Ambiente da Holanda

A política holandesa em relação à poluição de solos e águas subterrâneas foi tema de painel do seminário ‘Cooperação Brasil-Holanda: Remediação de solo e diretrizes para gestão de águas subterrâneas’.

Frank Swartjes, diretor do Instituto Holandês para Saúde Pública e Meio Ambiente, que abriu o painel, observou que os gastos com despoluição do solo chegam a 6 bilhões de euros somente na Holanda. Para ele, as preocupações em relação à poluição do solo e da água devem ganhar espaços ainda maiores na agenda das nações. “A questão é vital não apenas para o ecossistema no qual estamos inseridos, mas também porque tem ligação direta com a nossa saúde diária”, afirmou Swartjes. Segundo ele, atualmente, 18 dos 28 estados membros da União Europeia convivem com problemas relacionados ao solo e à falta de distribuição de água de qualidade.

Na Holanda, de acordo com o diretor, empresas e governo atuam contra a poluição do solo e da água trabalhando três questões: política jurídica forte, parcerias para pesquisa e desenvolvimento com universidades locais e consultorias públicas.

Ao fim da exposição, Swartjes pediu ajuda da indústria brasileira para a resolução e desenvolvimento de soluções sustentáveis contra o que chamou de poluição desnecessária dos já escassos recursos naturais disponíveis no planeta.

Acesso ao verde

A crescente urbanização e as mudanças climáticas geram problemas de difícil solução, disse Piet Otte, também diretor do Instituto Holandês para Saúde Pública e Meio Ambiente. Para ele, a mudança climática é um fato e precisa ser enfrentada.

Segundo o convidado, o melhor uso do solo deve produzir benefícios e soluções para a mitigação do clima e também contribuir para uma melhor armazenagem da água. “Ter água com qualidade para os próximos séculos e para a proteção contra inundações são algumas das metas do governo holandês”, afirmou. Com esse objetivo, Otte e o instituto holandês atuam próximos dos municípios do país, visando ao aumento da capacidade de armazenagem de água limpa e estimulando a criação de espaços e corredores verdes.

Otte ainda ressaltou a importância da criação e ampliação de espaços verdes nas cidades. A medida, para ele, é vital para a melhoria da qualidade de vida da população. “Mais 10% de áreas verdes poupariam 400 milhões de euros em gastos com saúde, apenas na Holanda”, disse.

Segundo Otte, crianças e idosos na Holanda começam a ter dificuldades para encontrar áreas verdes. “Vocês conseguem imaginar uma infância distante de um gramado ou de um parque?”, perguntou.

Guilherme Abati, Agência Indusnet Fiesp

Seminário na Fiesp também debateu questões hídricas

Representantes da Cetesb e do Ibama discutiram temas como valores orientadores para solos e água subterrâneas e recuperação de meios ambientes hídricos

Representantes da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) participaram do Seminário Brasil-Holanda, promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). A bióloga Mara Gaeta Lemos, da Cetesb, detalhou, durante o seminário, os valores orientadores — concentrações de substâncias químicas que fornecem orientação sobre a condição de qualidade de solo e de água subterrânea — que são utilizados como instrumentos para prevenção e controle da contaminação e gerenciamento de áreas contaminadas sob investigação.

Além de explicar a base legal, histórico, critérios metodológicos, legislação e leis de proteção, Mara falou sobre prevenção, proteção e controle da contaminação das águas subterrâneas e do solo.

A representante da Cetesb apresentou as características básicas dos valores de referência de qualidade, de prevenção e de intervenção. “Estamos sempre buscando uma ampliação de conceitos, visando proteção à água subterrânea e, conseqüentemente, à saúde humana”, disse. Mara também tratou sobre a gestão de qualidade e gerenciamento de áreas contaminadas, ressaltando a importância da proteção da multifuncionalidade do solo, da qualidade natural. “A perda da multifuncionalidade pode ser um risco potencial à saúde humana”, alertou.

Representando o Ibama, Marcio Rosa Rodrigues de Freitas abordou o tema da recuperação de meios ambientes hídricos. Ele se concentrou nas dificuldades da legislação brasileira e no papel do Ibama na regulação de produtos e processos, ou seja, sobre a perspectiva da remediação e recuperação de ambientes hídricos.

Segundo Freitas, o País tem uma realidade bastante complexa. “Seja pela dimensão, seja pela questão socioeconômica e até pela variedade

de legislações e maneiras de abordagem em relação aos problemas que temos de enfrentar”, explicou.

Ao propor uma reflexão sobre o assunto, Freitas apresentou desafios na recuperação de meios ambientes hídricos, como a falta de levantamentos oficiais atualizados sobre volumes, usos e definições das responsabilidades; existência de muitas legislações e regulamentos pouco abrangentes, o envolvimento de diversos órgãos e dificuldades para exercer o controle em comércio internacional. Freitas apontou ainda questões em discussão no setor, como a abrangência do conceito de ambiente hídrico superficial, o procedimento para mananciais de usos múltiplos, em especial abastecimento público; o instrumento de autorização do uso de produtos e processos de remediação e o envolvimento dos demais órgãos intervenientes, tais como saúde, gestão de recursos hídricos e gestão de unidades de conservação.

Amanda Viana, Agência Indusnet Fiesp



Participantes acompanharam apresentações da Cetesb e do Ibama

Foto: Everton Amaro/Fiesp

Comunicado

Fiesp e Ciesp emitem comunicado sobre riscos de escassez de água

Eduardo San Martin, diretor de Meio Ambiente do Ciesp e da Fiesp, analisou na reunião de diretoria do CIESP, realizada no dia 24 de abril, a atual situação de escassez de água nos reservatórios do Sistema Cantareira e seus impactos para o abastecimento público e das empresas. Leia a íntegra do comunicado enviado às diretorias regionais e aos sindicatos afiliados. O comunicado também foi disponibilizado no site da Fiesp e do Ciesp.

A atual situação de criticidade de água das regiões das bacias dos rios Piracicaba/Capivari/Jundiá (PCJ) e do Alto Tietê está afetando o abastecimento público e as atividades produtivas, devido à situação do Sistema Cantareira ter atingido nível mínimo histórico, de 10,5% de seu volume útil, ou cerca de 110 milhões de metros cúbicos.

Segundo dados oficiais dos órgãos gestores, nesse período crítico, a operação do Sistema é de responsabilidade da Sabesp, que tem autorização para retirar 24,8 m³/s para atender a Região Metropolitana de São Paulo e 3 m³/s para a região da bacia do rio Piracicaba, o que implica numa retirada de cerca de 72 milhões de metros cúbicos de água por mês do volume útil, que se esgotará em meados de julho.

Dessa forma, para manter o abastecimento público, será necessária a utilização do chamado volume morto desses reservatórios, com início previsto para o final de maio, estimando-se ser suficiente para atender as demandas até meados de novembro, quando se espera novo período chuvoso.

A Fiesp/Ciesp tem acompanhado esse cenário e participado das discussões sobre o tema por intermédio de seus representantes nos comitês de bacias hidrográficas e nos respectivos Conselhos Estadual e Nacional de Recursos Hídricos, além de realizar eventos e reuniões com especialistas na matéria. Cientes da importância da água, a Fiesp e o Ciesp têm fomentado a adoção de boas práticas de conservação e uso racional pelos setores produtivos e verificado que as indústrias paulistas estão sistematicamente reduzindo seu consumo e adotando o reúso de água e efluentes, minimizando, dessa forma, sua dependência dos mananciais e da rede pública.

Analisando todos os dados disponíveis, verifica-se que, por decorrência da operação do Sistema Cantareira, há duas regiões seriamente afetadas :

Nas bacias PCJ :

- Cerca de 3,2 milhões de habitantes poderão sofrer com algum tipo de racionamento pelas concessionárias públicas de abastecimento, a exemplo do município de Valinhos.
- Pelo menos 75 empresas que captam água diretamente dos rios poderão ser afetadas pela redução em suas respectivas captações, em especial no Polo Petroquímico de Paulínia, e empresas localizadas em Americana, Limeira, Piracicaba, Cosmópolis, Itatiba, Jaguariúna e Jundiá.
- Os órgãos gestores de recursos hídricos já declararam que estão suspensas novas autorizações para captação de água superficial ou subterrânea (outorga), bem como a ampliação das existentes nos rios Atibaia, Jaguari e Camanducaia, da bacia do rio Piracicaba, por tempo indeterminado.

Na Região Metropolitana de São Paulo :

- Cerca de 8,1 milhões de habitantes que são abastecidos pelo Sistema Cantareira poderão sofrer algum tipo de rodízio ou mesmo racionamento, a exemplo de Guarulhos.
- Poderão ser afetadas também mais de 15 mil atividades econômicas de pequeno e médio porte, usuárias da rede pública localizadas nas zonas norte, parte da leste e oeste do município de São Paulo, bem como aquelas localizadas nos municípios de Franco da Rocha, Francisco Morato, Caieiras, Osasco, Carapicuíba e São Caetano do Sul, Guarulhos, Barueri, Taboão da Serra e Santo André.

Este comunicado objetiva alertar as empresas que se localizam nessas regiões para realizarem uma avaliação da situação no sentido de se prevenir e garantir seu abastecimento para não terem maiores impactos na produção.

Notas informativas

Termo de responsabilidade pós-consumo

Foi assinado, no dia 2 de abril, o Termo de Compromisso de Responsabilidade Pós-Consumo com a empresa Bebidas Poty Ltda., de Potirendaba, interior paulista, representada pelo diretor José Luiz Franzotti e por Luiz Sérgio Montanari Franzotti. Segundo o Termo de Compromisso, em um primeiro momento, ainda em 2014, a empresa se compromete a oferecer estrutura para coletar 100% de todas as embalagens de vidro, PET e polipropileno, instalando postos de entrega voluntários (PEVs) nos municípios de Olímpia, Guapiáçu e Cedral. No próximo ano, os PEVs irão recolher também as embalagens em alumínio (latas) e novos postos de entrega serão criados nos municípios de Novo Horizonte, Sales, Irapuã, Ibiá, Urupês e Uchoa. Em 2016, a meta será criar novos pontos em Lins, Promissão, José Bonifácio, Ubarana e Jaci. Além da coleta em si, o Termo ainda estabelece a previsão de ações de educação ambiental e outras iniciativas de cunho socioambiental a serem realizadas por meio da Fundação Poty.

Fonte: <http://www.ambiente.sp.gov.br>

Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado de São Paulo

Em 25 de março, durante a 317ª reunião ordinária do plenário do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema), foi realizada a apresentação do Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado de São Paulo, primeira etapa do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, atualmente em fase de consulta pública. A coordenadora de Planejamento Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente apresentou o documento aos conselheiros e pediu que fossem enviadas contribuições para o aprimoramento do material. O documento está disponível para consulta e contribuições, até o dia 30 de abril, no endereço eletrônico <http://www.ambiente.sp.gov.br/cpla/2014/01/16/consulta-publica-panorama-dos-residuos-solidos-do-estado-de-sao-paulo/>

Fonte: <http://www.ambiente.sp.gov.br>

Cetesb adia prazo para o envio dos inventários de gases de efeito estufa

A Decisão de Diretoria da Cetesb nº 082/2014/V/I, publicada em 28 de março de 2014, adiou para o período de 15 de julho a 31 de agosto de 2014 o envio à Cetesb dos inventários de gases de efeito estufa referentes ao ano de 2013.

Os responsáveis pelo envio das informações deverão acessar o site www.cetesb.sp.gov.br/proclima, dentro do período estipulado, e preencher o formulário eletrônico. Após o preenchimento, a empresa deverá encaminhar para o e-mail fornecido pela Cetesb a memória de cálculo em planilhas abertas.

A lista de atividades que estão sujeitas a essa obrigação, bem como os critérios para a elaboração do inventário de emissões de gases de efeito estufa no Estado de São Paulo, podem ser encontrados na Decisão de Diretoria CETESB nº 254/2012/V/I.

Mais informações podem ser solicitadas pelo e-mail inventariogee_cetesb@sp.gov.br

Cetesb revisa os valores orientadores para solos e águas subterrâneas

Em 21 de fevereiro de 2014, foi publicado no Diário Oficial do Estado a Decisão de Diretoria 045/2014/E/C/I, de 20 de Fevereiro de 2014, estabelecendo os novos Valores Orientadores para Solos e Águas Subterrâneas no Estado de São Paulo para 85 substâncias químicas, em substituição aos Valores Orientadores de 2005.

Tais valores são utilizados como referência para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas no Estado de São Paulo, conforme direcionado pela Lei Estadual 13.577, de 8 de julho de 2009, regulamentada pelo Decreto 59.263, de 5 de junho de 2013.

Assim como na versão anterior, os Valores Orientadores correspondem a um critério numérico para indicar:

- i) Valor de Referência de Qualidade (VRQ) - concentração de determinada substância que define o solo como limpo ou atesta a qualidade natural da água subterrânea;
- ii) Valor de Prevenção (VP) - concentração de determinada substância acima da qual podem ocorrer alterações prejudiciais à qualidade do solo e da água subterrânea;
- iii) Valor de Intervenção (VI) - concentração de determinada substância no solo e na água subterrânea acima da qual existem riscos potenciais diretos e indiretos à saúde humana, considerado um cenário de exposição genérico.

A lista está estruturada por grupos de substâncias químicas, como as inorgânicas, hidrocarbonetos aromáticos voláteis, hidrocarbonetos policíclicos aromáticos, benzenos clorados, etano, etenos e metanos clorados, fenóis clorados, pesticidas organoclorados, bifenilapoliclorada (PCB), entre outros.

A Decisão de Diretoria estabeleceu que a aplicação dos Valores de Intervenção e Prevenção para as substâncias que sofreram alteração para valores mais restritivos, bem como para as novas substâncias que integraram a tabela, poderá ser realizada a partir de 1º de setembro de 2014. Para as substâncias que tiveram suas concentrações mantidas ou sofreram alteração para valores menos restritivos, a aplicação dos Valores de Intervenção entrou em vigor a partir da data de publicação da Decisão de Diretoria.

A Decisão de Diretoria sobre Valores Orientadores está disponível no site da Cetesb (www.cetesb.sp.gov.br).

Pesquisadores transformam cerâmica velha em cimento sustentável

Um grupo de pesquisadores internacionais desenvolveu uma técnica que transforma resíduos cerâmicos em cimento sustentável. A nova possibilidade permite uma destinação mais útil e adequada para resíduos que seriam descartados em aterros. Os cientistas que integram o estudo são de quatro instituições: Universidade Politécnica de Valência, Universidade Jaume I de Castellón, Faculdade Imperial de Londres e Universidade Estadual Paulista. Juntos, os cientistas criaram a nova matéria-prima, que já passou por testes e usos em escala laboratorial. Os resultados foram muito positivos. Além de ser um cimento sustentável, por não utilizar matéria-prima nova, ele também se mostrou muito mais resistente do que os materiais tradicionais.

Fonte: <http://noticias.ambientebrasil.com.br>

Ambev quer avançar na redução do consumo de água, de energia e na emissão de gases de efeito estufa

Menção honrosa do Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso da Água, a Ambev tem como meta reduzir em 10%, até 2017, o consumo de energia e a emissão de gases de efeito estufa, além de baixar para 3,2 litros o consumo de água para cada litro de bebida envasado em todas as unidades da empresa

A fabricante de bebidas Ambev recebeu menção honrosa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), durante a 9ª edição do Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso da Água, em março, pelo trabalho desenvolvido nos últimos quatro anos para a redução do consumo de água. A companhia reduziu o índice de consumo de 3,80 litros de água para 2,75 litros na produção de cada litro de cerveja em sua unidade em Jaguariúna, São Paulo, o que equivale a uma economia superior a 1,17 milhão de metros cúbicos de água. A Ambev ainda pretende, entre outras metas, reduzir a emissão de gases de efeito estufa e o consumo de energia em até 10% até 2017.

Para o gerente de Meio Ambiente da Ambev em Jaguariúna, Leandro Serra, a bem sucedida redução do consumo é um exemplo “de que como é possível fazer mais com menos”. Segundo ele, a produção de bebidas no local quase dobrou nos últimos cinco anos sem alteração na quantidade de água captada para isso.

Nessa entrevista, Leandro Serra detalha o projeto e as metas ambientais da Ambev.

A unidade de Jaguariúna, inscrita no prêmio da Fiesp, conseguiu reduzir o consumo de água para cada litro de bebida produzido. A meta para 2013 era chegar a 2,75 litros. Esse objetivo foi alcançado?

Leandro Serra – Sim! Com muito orgulho fechamos o ano de 2013 com 2,75 litros de água utilizados para cada litro de bebida produzido. Podemos dizer que a nossa unidade é um exemplo de como é possível fazer mais com menos. Nos últimos cinco anos, a produção da fábrica praticamente dobrou e a quantidade de água captada não sofreu alteração. Conseguimos esses resultados graças à eficiência de se encontrar técnicas para consumir menos água na linha operacional.

Que outros resultados a unidade de Jaguariúna alcançou com a redução do consumo de água?

Leandro Serra - O maior benefício é deixar uma maior quantidade de água disponível nas fontes de captação para outros usos. Um dos resultados que conseguimos com as práticas que adotamos é que, ao acompanhar de perto os índices de consumo de água na produção, estabelecemos entre as unidades um *benchmark* por etapa do processo. Ou seja, as melhores práticas podem ser multiplicadas entre as fábricas e ainda utilizadas como especificações nas plantas inauguradas ou ampliadas.

Certamente há uma redução no custo de produção com esse consumo menor de água. A Ambev consegue repassar essa redução de custo ao consumidor?

Leandro Serra - Para que consigamos alcançar melhores índices de ecoeficiência, investimos constantemente em pesquisas e equipamentos. Avaliamos que o investimento em processos produtivos sustentáveis é uma prática que traz retorno à empresa, à sociedade e ao meio ambiente.

A Ambev traçou metas ambientais para 2017 e uma delas é reduzir o consumo interno de água para um índice de 3,2 litros de água para cada litro de bebida envasado. Houve alguma mudança nas ambições da empresa?



O diretor titular do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp, Nelson Pereira dos Reis, fez a entrega da premiação a Leandro Serra, gerente de Meio Ambiente da unidade de Jaguariúna da Ambev.

Foto: Everton Amaral/FIESP

Leandro Serra - Há mais de 20 anos trabalhamos com o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), pelo qual todas as nossas unidades fabris são incentivadas a monitorar e estimular a evolução contínua dos índices de ecoeficiência da companhia. É por meio dele que conseguimos e estabelecemos as metas ambientais e as boas práticas entre as unidades.

Para 2017, continuamos com as mesmas metas anunciadas no Dia Mundial do Meio Ambiente no ano passado. Além do objetivo de alcançar o índice de 3,2 litros de água para cada litro de bebida envasado em todas as unidades da Ambev e do grupo AnheuserBuschInBev, temos também como meta trabalhar em parceria com *stakeholders* locais para melhorar a gestão da água em regiões-chave de cultivo de cevada; participar junto com parceiros locais de medidas de proteção de mananciais em todos os locais estratégicos onde temos instalações fabris, localizadas em sete países, incluindo o Brasil; reduzir a emissão de gases de efeito estufa em 10%; reduzir o consumo de energia em 10% e reduzir em 100 mil toneladas os materiais usados para as embalagens.

A companhia tem algum outro projeto específico para a preservação ambiental?

Leandro Serra - Desde 2010, decidimos levar esse empenho em prol do meio ambiente também para fora de nossos muros. Envovemos a sociedade, por exemplo, na questão do uso racional da água e também da reciclagem. Para isso, lançamos o Movimento CYAN e o Ambev Recicla.

O Movimento CYAN já conta com importantes desdobramentos, como o Projeto Bacias. A iniciativa é um trabalho de preservação e recuperação de bacias hidrográficas brasileiras. O primeiro local de atuação foi a Bacia Corumbá-Paranoá, no Distrito Federal. Agora, o projeto se faz presente aqui em São Paulo, em Jaguariúna, na Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. Por meio dele conseguimos engajar a comunidade ribeirinha na luta pela preservação dos rios. Já o Ambev Recicla contribui para o desenvolvimento de cooperativas modelo em diversos estados do País por meio de melhorias na gestão e doação de equipamentos, além de ter possibilitado o lançamento da garrafa PET 100% reciclada.

Fóruns ambientais

Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama)

Padrões de qualidade do ar

A proposta do setor industrial para a minuta de revisão da Resolução Conama 003/90, que dispõe sobre os padrões nacionais de qualidade do ar, foi apresentada na reunião do GT Qualidade do Ar, da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Resíduos Sólidos (CT-QARS). O DMA esteve presente na reunião, realizada no dia 2 de abril.

Recuperação de corpos hídricos superficiais

Em 8 de abril, o DMA participou da reunião do GT de Recuperação de Ambientes Hídricos, da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos (CTQAGR). Na reunião, realizada em Brasília (DF), foi dada continuidade à discussão da minuta de resolução que dispõe sobre o controle da utilização de produtos ou processos para recuperação de corpos hídricos superficiais. Mais informações no endereço www.mma.gov.br/port/conama/

Qualidade ambiental e gestão de resíduos

Nos dias 24 e 25 de abril, o DMA participou de reunião extraordinária da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos (CTQAGR). Na reunião, foram discutidas a proposta de revisão da resolução Conama nº 340/2003, que dispõe sobre a utilização de cilindros para o envasamento de gases que destroem a camada de ozônio; a revisão da Resolução Conama 314/2002, que dispõe sobre o registro de produtos destinados à remediação e dá outras providências, e a proposta de revisão da Resolução do Conama nº 334/03, que dispõe sobre os procedimentos de licenciamento ambiental e recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos. Mais informações no endereço www.mma.gov.br/port/conama/

Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema)

Ligação rodoviária Santos—Guarujá

O Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da implantação de ligação rodoviária Santos—Guarujá (Túnel Submerso), de responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER) e da DERSA em Santos e Guarujá (Processo 202/2012), foi aprovado pelo Conselho em reunião extraordinária realizada no dia 2 de abril. O DMA participou da reunião.

Unidades de conservação de proteção integral

A Comissão Paulista de Biodiversidade apresentou no dia 23 de abril, em reunião acompanhada pelo DMA, proposta de instalação de duas novas Unidades de Conservação de Proteção Integral no Estado de São Paulo. Na reunião, também foram apreciadas as minutas de deliberações normativas Consema 01/2014, sobre diretrizes para a descentralização do licenciamento ambiental, e 02/2014, sobre a Via Rápida Ambiental, conforme Decreto Estadual nº 60.329/2014. O EIA/RIMA do empreendimento “Ampliação Industrial e Expansão Agrícola”, de responsabilidade da Abengoa Bioenergia Agroindústria Ltda., Unidade São Luiz, em Pirassununga (SP), também foi tema da reunião.

Plano de manejo integrado

O relatório preliminar do Plano de Manejo Integrado das Unidades de Conservação da Reserva Biológica e Estação Ecológica de Mogi-Guaçu foi discutido em reunião realizada no dia 23 de abril pela

Comissão Temática de Biodiversidade, Florestas, Parques e Áreas Protegidas. O DMA acompanhou as discussões.

Potabilidade de água

O DMA promoveu reunião, no dia 7 de abril, para discussão do processo de revisão da Portaria nº 2.914, do Ministério da Saúde, publicada em 12 de dezembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos de controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. O documento está em consulta pública até o dia 31 de maio de 2014. Mais informações podem ser obtidas no endereço 177.153.6.85/portaria2914/theme/portaria.html

Política nacional de resíduos sólidos

O DMA proferiu palestra sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a abordagem de ciclo de vida de produtos no seminário “Resíduos Sólidos - A responsabilidade de cada setor”, realizado, no dia 10 de abril, no Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) de Ribeirão Preto (SP).

Produção mais limpa e mudanças climáticas

O DMA participou de reunião preparatória para a 13ª Conferência Municipal de Produção Mais Limpa e Mudanças Climáticas. A reunião foi realizada no dia 10 de abril, na Câmara Municipal de São Paulo.

Palestra sobre o Sistema Cantareira

O DMA proferiu palestra sobre o Sistema Cantareira, em Jundiá (SP), para a diretoria e a presidência do Departamento de Águas e Esgotos (DAE). A mesma palestra foi ministrada para diretores e gestores da fábrica da FEMSA (Coca-Cola) na cidade. As palestras foram proferidas no dia 1º de abril.

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

O DMA esteve presente à reunião preparatória do GT Qualidade do Ar do Conama, realizada na sede da CNI, em Brasília (DF), no dia 1º de abril. A reunião, coordenada pela entidade, contou com a participação de técnicos ligados às áreas de meio ambiente e jurídica da CNI.

Acústica

Nos dias 1 e 2 de abril, a equipe técnica do DMA participou da reunião realizada no Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon). O objetivo foi o alinhamento sobre a revisão da norma ABNT NBR 10151, que trata da avaliação de ruídos em áreas habitadas.

Assine o Informe Ambiental

O Informe Ambiental da Fiesp, distribuído mensalmente, fornece informações de forma rápida e consistente sobre a área ambiental e atividades do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp. Envie mensagem para o endereço cdma@fiesp.com solicitando o seu cadastramento e mantenha-se atualizado sobre os temas ambientais em discussão no Estado de São Paulo e no País. A assinatura é gratuita.

Conselho de Recursos Hídricos (CRH)

Câmara Técnica de Cobrança (CT-Cob)

Em reunião realizada no dia 1º de abril, que contou com a participação do DMA, a equipe do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ) apresentou as respostas às questões e dúvidas apresentadas pela CT-Cob, com base no Relatório de Fundamentos, emitido pelo CBH-PCJ, sobre a proposta de reajuste dos valores de cobrança pelo uso da água.

Câmara Técnica de Planejamento (CT-Plan)

O atual estágio do Plano Estadual de Bacias Hidrográficas e a evolução das atividades do Grupo de Trabalho sobre Enquadramento dos Corpos Hídricos foram apresentados em reunião realizada no dia 14 de abril, em São Paulo (SP). Na reunião, que contou com a participação do DMA, também foi discutida proposta sobre os indicadores a serem utilizados no monitoramento dos projetos aprovados que irão pleitear verbas do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro).

Reunião extraordinária

Em 15 de abril, o DMA participou da reunião extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos. No encontro, foi entregue ao Governo do Estado de São Paulo uma carta elaborada pela sociedade civil solicitando uma posição oficial sobre a questão da falta de água nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari, Jundiá e Alto Tietê. A sociedade civil também solicita uma reavaliação da política e do sistema de recursos hídricos. Na reunião, foi aprovada a deliberação para cobrança pelo uso da água no Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Aguapeí e Peixe (CBH- AP) e realizada a posse dos novos conselheiros dos municípios e da sociedade civil, da qual fazem parte a Fiesp e o Ciesp, eleitos como representantes titular e suplente dos usuários industriais.

Área de Proteção Ambiental (APA) de Itupararanga

O DMA enviou sugestões, no dia 22 de abril, para a reunião do Conselho Deliberativo na qual foi apresentado o empreendimento "Residencial Veneza em Caucaia do Alto", para manifestação do conselho gestor.

Conselho Superior de Meio Ambiente - Cosema

Sistemas de abastecimento de água não garantem segurança hídrica em São Paulo

Para conselheiro da Fiesp, Júlio Cerqueira César Neto, não há outra solução, do ponto de vista técnico, que não seja o racionamento de água para enfrentar a crise do Sistema Cantareira



Foto: Tâmara Waqued/Fiesp

Engenheiro Júlio Cerqueira César Neto na reunião do Cosema.

O diagnóstico foi apresentado no dia 22 de abril pelo Engenheiro Júlio Cerqueira Cesar Neto ao participar da reunião do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), presidido por Walter Lazzarini. Cerqueira César afirmou que os projetos de abastecimento de água de qualquer cidade devem prever fatores cíclicos, inclusive variações extremas de clima, que são coisas absolutamente naturais no Brasil e no mundo inteiro. "Os sistemas têm de ter segurança hídrica e o nosso sistema não tem isso. E a causa fundamental dessa seca é

a absoluta falta de investimento do governo em novos sistemas de abastecimento nos últimos 30 anos", criticou.

Segundo ele, a população de São Paulo aumentou em 10 milhões de pessoas desde a década de 1990, enquanto os mananciais são os mesmos. "Não são suficientes para garantir a segurança hídrica. A consequência só poderia ser essa", observou.

"A natureza deu um alerta. Em 2003, ela produziu uma estiagem prolongada e nem esse alerta da natureza foi suficiente para mudar a condição", afirmou Cerqueira César.

Para o engenheiro, a única solução para contornar a crise de abastecimento do principal reservatório de água da cidade é o racionamento. "Sob o aspecto técnico, não há dúvida que a única solução no curto prazo é o racionamento. A engenharia não tem solução imediata para esse problema", explicou.

Na avaliação de Cerqueira César, a crise de abastecimento pode se estender por até um ano e meio, tendo em vista que, segundo o engenheiro,

o Sistema Cantareira demora um ano para se recompor, desde que sejam retirados dele menos de 15% da capacidade. "Vamos ter um ano e meio em que a cidade vai ter a disponibilidade de menos da metade da água que necessita. Vai faltar água na casa, na indústria, no comércio. Todo o sistema da cidade será afetado com essa dificuldade e não temos de onde tirar essa água. Imaginem uma região desse porte com uma economia de 50% do sistema por pelo menos seis meses", ressaltou.

Comitês de Bacias Hidrográficas

Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ)

GT para Gestão da Estiagem

Em 16 de abril, o DMA esteve em Santa Bárbara d'Oeste (SP) para participar da primeira reunião do GT para Gestão da Estiagem. No encontro, foram constituídos os subgrupos de trabalho para enfrentamento da crise de escassez de água que assola as bacias PCJ. O DMA participará do grupo de planejamento e do grupo técnico.

A segunda reunião do GT, que também contou com a participação do DMA, foi realizada no dia 29 de abril, em Santa Bárbara d'Oeste. No encontro, foi realizada uma primeira avaliação dos resultados das reuniões ocorridas nos subgrupos de planejamento, técnico, comunicação e monitoramento.

Grupo de Acompanhamento do Plano de Bacias

O DMA participou de reunião realizada em Jundiá (SP), no dia 23 de abril, para análise do Relatório nº 5 (R-5), que trata do enquadramento dos corpos d'água nas bacias PCJ, para inclusão de estudos dos parâmetros/análises de nitrogênio e fósforo, principais detectores da eutrofização dos corpos d'água.

GT-Estiagem, subgrupo de Planejamento

A primeira reunião do subgrupo de Planejamento do GT-Estiagem foi realizada no dia 24 de abril, em Campinas (SP). O DMA, que é membro do grupo, participou do encontro que marcou o início dos trabalhos de planejamento para o enfrentamento da escassez de água que está ocorrendo nas bacias PCJ.

Grupo de Ação Técnica do GT-Estiagem

Em 25 de abril, o DMA esteve presente à reunião realizada em Santa Bárbara do Oeste (SP) para análise das ações técnicas para enfrentamento do período de escassez que está ocorrendo nas bacias PCJ. O DMA propôs o recebimento pelo Grupo de Ação Técnica de relatórios dos municípios que compõem as bacias PCJ sobre a disponibilidade de água, balanço hídrico, controle de perdas e tratamento de esgotos.

Paranapanema (CBH-Paranapanema)

Câmaras Técnicas de Integração e Institucional e Legal

O diagnóstico preliminar elaborado pela Agência Nacional de Águas (ANA) foi analisado em reunião conjunta das Câmaras Técnicas de Integração e Institucional e Legal. A reunião, realizada no dia 2 de abril, em Marília (SP), contou com a participação do DMA.

Baixo Pardo Grande (CBH-BPG)

Câmara Técnica de Planejamento

As propostas das secretarias executivas dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) para substituição da minuta de deliberação do Conselho de Recursos Hídricos (CRH) que aprova procedimentos, limites e condicionantes para a cobrança dos usuários urbanos e industriais pela utilização dos recursos hídricos no Estado de São Paulo foram analisadas em reunião realizada no dia 3 de abril, em Barretos (SP). O DMA esteve presente à reunião.

Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT)

Câmara Técnica de Cobrança

Em 7 de abril, o DMA esteve presente à reunião realizada em Sorocaba (SP), quando foi abordada, novamente, a proposta de minuta de

atualização da deliberação CRH nº 90, com as sugestões colocadas pelo DMA e Sabesp, para que a minuta atenda a legislação vigente.

Reunião Plenária

O DMA participou da reunião plenária realizada em Sorocaba (SP), no dia 11 de abril. No encontro, foi analisada a implantação do reator multipropósito em Iperó (SP) e discutida a proposta de revisão da deliberação CRH nº 90, que aprova procedimentos, limites e condicionantes para a cobrança, dos usuários urbanos e industriais, pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo.

Turvo/Grande (CBH-TG)

Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento dos Recursos Hídricos

Em 23 de abril, o DMA esteve presente à reunião realizada em São José do Rio Preto (SP) para apreciação e hierarquização dos pleitos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2014.

Grupo Técnico de Elaboração do Relatório de Situação

O DMA participou da reunião do GT realizada em São José do Rio Preto (SP), no dia 29 de abril, para elaboração do Relatório de Situação 2014 do CBH-TG.

Alto Tietê (CBH-AT)

GT sobre Leis Específicas

Em 24 de abril, o DMA esteve presente à reunião do GT que deu continuidade às discussões sobre a revisão da Lei Específica da Billings. A reunião foi realizada em São Paulo (SP).

Rio Grande (CBH-Grande)

Câmara Técnica de Integração

O termo de referência para a elaboração do Plano de Bacia do CBH Grande foi o tema da reunião realizada em 28 de abril, em Ribeirão Preto (SP). O DMA esteve presente no encontro.

Baixo Pardo Grande (CBH-BPG)

Em reunião realizada em Barretos (SP), no dia 10 de abril, foram discutidas as deliberações sobre o edital para elaboração do Plano de Bacia e a minuta de proposta substitutiva, aprovada pelo Fórum Paulista de Comitês, da deliberação do Conselho de Recursos Hídricos (CRH), que trata dos procedimentos, limites e condicionantes para a cobrança dos usuários urbanos e industriais pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo. A implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos no CBH-BPG está prevista para janeiro de 2015. O DMA esteve presente à reunião.

Sapucaí Mirim/Grande (CBH-SMG)

Grupo Técnico de Estudo de Cobrança da Água (GTECA)

A proposta apresentada pela CT-Cobrança da Água, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH), sobre a minuta de deliberação que substituirá a CRH nº 90, foi discutida em reunião realizada em Franca (SP). A deliberação CRH nº 90 aprova procedimentos, limites e condicionantes para a cobrança, dos usuários urbanos e industriais, pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo. O DMA acompanhou a reunião.

Aguapeí e Peixe (CBH-AP)**Câmara Técnica de Planejamento (CT-Plan)**

Os pedidos de revisão da pontuação atribuída às solicitações de recursos do Fehidro 2014 foram analisados em reunião que ocorreu em Marília (SP), no dia 28 de abril. No encontro, que contou com a participação do DMA, também foi apresentado um relato da reunião do Conselho de Recursos Hídricos (CRH) na qual foi apreciada a proposta de cobrança no CBH-AP.

Alto Paranapanema (CBH-Alpa)

O ajuste da fundamentação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e para complementações e alterações referente à proposta dos mecanismos e valores para a cobrança pelos usos urbanos e industriais foi o tema da reunião realizada em 24 de abril, em Pirajú (SP). O DMA esteve presente à reunião.

Legislação Ambiental**Legislação Ambiental – Diplomas Legais Recentes****Federal****Decreto nº 8.211, de 21 de março de 2014**

Altera o Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, que regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

Resolução SFB nº 24, de 6 de março de 2014

Estabelece diretrizes técnicas para elaboração e apresentação do Plano de Proteção Florestal para áreas sob concessão florestal federal.

Resolução conjunta ANA/DAEE nº 336, de 5 de março de 2014

Dispõe sobre a suspensão temporária da concessão de outorgas de captações de águas superficiais na área paulista das bacias hidrográficas dos rios Jaguari e Atibaia, formadores do rio Piracicaba.

Resolução conjunta ANA/DAEE nº 335, de 5 de março de 2014

Dispõe sobre as condições especiais de operação dos reservatórios Jaguari-Jacaré, Cachoeira e Atibaia, localizados na bacia do rio Piracicaba, pertencentes ao Sistema Cantareira, em complemento à Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 428/2004.

Portaria MCTI nº 322, de 26 de março de 2014

Institui o Comitê Técnico Consultivo do Projeto Opções de Mitigação de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave do Brasil com a finalidade de subsidiar a execução do projeto pela equipe responsável, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), bem como auxiliar o Comitê Diretivo do projeto no direcionamento estratégico das atividades previstas.

Instrução Normativa Ibama nº 8, de 28 de março de 2014

Estabelece critérios para a fiscalização orientadora, no que se refere ao aspecto ambiental, destinada às microempresas e empresas de pequeno porte, aplicável às atividades ou situações que, por sua natureza, comportem grau de risco compatível com esse procedimento, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

Instrução Normativa Ibama nº 6, de 24 de março de 2014

Regulamenta o Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (RAPP).

Projetos de lei (PL)

PL nº 7423/2014 – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Saneamento Básico, institui o Fundo Nacional de Saneamento Básico e cria o Conselho Gestor do Fundo Nacional do Saneamento Básico.

PL nº 7422/2014 – Altera a redação do inciso V, do art. 6º, da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, e do § 1º, do art. 70, da Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para incluir, de forma expressa, as Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal no Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), bem como disciplinar o exercício das atividades de policiamento ambiental.

PL do Senado nº 113/2014 – Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), para estabelecer sanção

aos agentes públicos que concederem licença para edificações ou realização de obras comprovadamente danosas ao meio ambiente e ao patrimônio público, sem observância das normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie.

PL nº 7368/2014 – Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências, para incluir os projetos de recuperação de áreas degradadas entre as aplicações de recursos financeiros prioritárias do Fundo.

PL nº 7338/2014 – Dispõe sobre a conservação e a utilização sustentável da vegetação nativa do Bioma Cerrado.

PL nº 7317/2014 – Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para garantir a reciclagem de bens apreendidos.

Estadual (SP)**Decreto nº 60.342, de 4 de abril de 2014**

Dispõe sobre o procedimento para imposição de penalidades, no âmbito do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais (Seaqua), e dá outras providências.

Decreto nº 60.329, de 2 de abril de 2014

Dispõe sobre o licenciamento ambiental simplificado e informatizado de atividades e empreendimentos de baixo impacto ambiental e dá providências correlatas.

Decreto nº 60.298, de 27 de março de 2014

Introduz alterações no regulamento do ICMS, beneficiando as atividades de produção de biogás ou biometano, geração de energia elétrica ou térmica, a partir dos referidos produtos, e geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica ou de resíduos sólidos urbanos.

Decreto nº 60.297, de 27 de março de 2014

Introduz alterações no regulamento do ICMS, permitindo benefícios ao contribuinte que gere energia térmica a partir de biomassa resultante da industrialização e de resíduos da cana-de-açúcar.

Resolução SMA nº 32, de 3 de abril de 2014

Estabelece as orientações, diretrizes e critérios sobre restauração ecológica no Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.

Portaria DAEE nº 435, de 6 de março de 2014

Suspende as análises dos requerimentos de outorgas de direito de uso para novas captações de água, localizadas nas bacias hidrográficas dos rios Jaguari e Atibaia, formadores do rio Piracicaba (UGRHI 5), e na bacia hidrográfica do rio Juqueri, afluente do rio Tietê (UGRHI 6), nas modalidades e condições que especifica.

Decisão Cetesb nº 82, de 28 de março de 2014

Dispõe sobre a prorrogação de prazo para a entrega do inventário de emissões de gases de efeito estufa no Estado de São Paulo, de que trata a Decisão de Diretoria 254/2012/V/I, de 22/08/2012.

Casos de sucesso

Bolsa de Resíduos

Empresa: Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A

Em seus 72 anos, a Construtora Camargo Corrêa incorpora ícones da engenharia do país, da ponte Rio-Niterói às hidrelétricas de Itaipu, Ilha Solteira e Tucuruí; das rodovias Castelo Branco e Imigrantes à Ferrovia do Aço; do Estaleiro Atlântico Sul ao metrô de São Paulo. Hoje, a Camargo Corrêa atua em sete países da América do Sul e da África, imprimindo sua marca de qualidade em projetos decisivos para o progresso socioeconômico.

Descrição das medidas adotadas

A Bolsa de Resíduos é um projeto para a ampliação da destinação de resíduos para reciclagem/coprocessamento e para a ampliação da comercialização dos resíduos nas obras da construtora.

Resultados ambientais e econômicos

A Camargo Corrêa bateu o recorde de reciclagem de resíduos em 2012, destinando 57% dos resíduos para fins de reciclagem. No mesmo ano, a receita com a venda de sucata metálica com a bolsa de resíduos foi de R\$ 1.703.043,47. A economia total com a comercialização de resíduos foi de R\$ 2.551.985,07.

Eventos Gratuitos

Acreditação de amostragem na área ambiental é tema de workshop

Os laboratórios de Meio Ambiente e de Microbiologia da Escola Senai Mario Amato, situada em São Bernardo do Campo (SP), realizarão, na manhã do dia 14 de maio, *workshop* sobre acreditação da amostragem na área ambiental e a Resolução SMA nº 100/2013, que regulamenta as exigências para os resultados analíticos, incluindo-se a amostragem, objeto de apreciação pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso.

O *workshop* será conduzido pela gerente da Divisão de Metrologia e Calibração da Cetesb, Patrícia da Silva Trentin, bacharel em Química pela Universidade Mackenzie e mestre em Saúde Ambiental pela Faculdade de Saúde Pública da USP. As inscrições são gratuitas, com vagas limitadas.

Mais informações no endereço meioambiente.sp.senai.br



FIESP CIESP

Conferência sobre produção mais limpa será realizada em maio

Aquecimento global: de sua casa para o seu planeta. Esse é o tema central da 13ª Conferência de Produção Mais Limpa e Mudanças Climáticas da Cidade de São Paulo, programada para o dia 27 de maio. Inscrições gratuitas.

Data: 27 de maio de 2014, das 8h30 às 17 horas

Local: Associação Paulista de Cirurgiões-Dentistas (APCD)
Rua Voluntários da Pátria, 547 – Santana – São Paulo

Inscrições : www.angulo.com.br



Expediente

O Informe Ambiental é publicado pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp. Circulação mensal. Comentários e sugestões: Tel.: (11) 3549-4675 / Fax.: 3549-4237 • cdma@fiesp.com • www.fiesp.com.br

Edição: Fábrica C

Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.

